

**PROPOSTA DE ENTREVISTA PARA A REVISTA ENFIL – ROBERTO LEHER**

Por Luiz Augusto, Reginaldo Costa e Rodrigo Lima, editores da Enfil.

A Revista Enfil apresenta a entrevista que realizou com o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher. Diante das turbulências econômicas e políticas que o país vive, conversamos sobre as perspectivas que se abrem no cenário nacional e internacional, em especial, sobre os dilemas específicos da educação pública.

1- O cenário de crise política se aprofundou no ano de 2017. Como você observa a composição de forças políticas no cenário nacional: o papel do PT; a coalização do governo Temer, o crescimento do conservadorismo expresso na pré-candidatura de Bolsonaro e a formação de movimentos sociais demarcadamente de direita como o MBL.

As reacomodações no Bloco no Poder no Brasil – com maior proeminência do setor bancário, finanças, rentismo – (como se depreende da Emenda Constitucional 95 e da (contra) reforma da previdência) e maior influência dos setores imperializados (vide redução do conteúdo local na indústria de petróleo e gás e maior liberalização da venda de terra a grupos estrangeiros) não alteraram a composição do bloco no poder. Mas é certo que houve alterações no sentido de encolhimento radical e drástico dos direitos sociais e trabalhistas, corroborando a tese da autocracia burguesa a que se referia Florestan Fernandes.

O PT buscou resolver a quadratura do círculo: promover melhorias nas condições de vida dos trabalhadores sem promover real distribuição de renda e sem erigir pilares de um novo Estado social que aprofundasse a Constituição Federal de 1988. Não houve avanço na reforma agrária, na reforma urbana, nas políticas educacionais “republicanas”, houve retrocesso na previdência social, especialmente no regime próprio em prol dos bancos, mas medidas focalistas, em geral por meio de bolsas, sem alteração efetiva dos fundamentos legais dos direitos. As principais medidas em prol do trabalho foram possíveis, em curto prazo, pelo ciclo expansivo 2004-2013, como a elevação do salário mínimo (que em 2002 estava completamente deprimido). Ademais, o PT atribuiu aos empresários a missão de educar o povo, denotando uma concepção arcaica de que são os patrões que sabem educar a massa. A explosão do FIES e a incorporação da agenda do Todos pela Educação ilustram isso.

Para operar a quadratura do círculo, enfraqueceu deliberadamente a autoorganização dos trabalhadores, despolitizou a política, contando que, com isso, reduziria a

resistência dos “de cima”. O agravamento da Crise de 2008, notadamente a partir de 2013, atingiu em cheio o modelo das commodities que, por sua vez, tornou o governo Dilma muito débil. A tentativa desesperada de reconquistar o apoio do bloco de poder, nomeando Joaquim Levy foi tardia e envolvia uma agenda que o governo não conseguiria empreender. O resultado todos sabemos.

O chamado “tropeço na democracia brasileira” que levou o vice presidente ao governo tem de ser compreendido nesse escopo. A agenda em curso não é da lavra do PMDB, mas do PSDB, mais especificamente da Casa das Garças. A ofensiva contra-reformista, hostil aos mais elementares direitos dos trabalhadores tenta resgatar um padrão de acumulação do capital assentado no brutal achatamento dos direitos dos trabalhadores, talvez de modo ainda mais feroz do que o existente na ditadura, confirmando que a inserção das frações burguesas dominantes locais na economia mundial requer inacreditável exploração do trabalho. As contrarreformas da previdência e trabalhista (incluindo aqui a lei das terceirizações e da pejotização) atestam isso.

Esse ambiente, temperado pela Lava-Jato, produz medo, medo ecoado diuturnamente pela grande imprensa. O ressentimento daqueles que, após um curto período de melhoria relativa das condições de vida estão conhecendo rápida perda do padrão de vida, leva a busca do “pai patrão”, do chefe que poderia frear as transformações do mundo. Esse contexto é propício à extrema direita e às seitas fundamentalistas. Diria que essa via não é a desejada pelo bloco de poder, mas seus operadores no mundo política não hesitarão em negociar com os fundamentalistas de direita, tal como vimos no impeachment.

2- Como você tem observado as discussões sobre a conjuntura, nesse contexto de acirramento político no âmbito da universidade? Qual seria a contribuição da academia nesse momento?

A universidade tem de tornar pensáveis essas contradições e buscar fundamentos que fortaleçam o enfrentamento dos grandes dilemas da humanidade. Nesse sentido, a universidade não pode deixar de ser Política, pois a própria interpelação dos grandes problemas da conjuntura – mudanças climáticas globais, arboviroses, fármacos, energia, seguridade social, educação, cidades, soberania alimentar, cultura etc. – é parte do campo político. A universidade não pode se afastar desses problemas. E dialogar com os sujeitos que forjam transformações e mudanças diante das ameaças que pairam sobre os povos.

3- Quais são os dilemas fundamentais que a esquerda enfrenta nesse cenário? Como têm avaliado as movimentações de unidade da esquerda contra o governo Temer?

Existe uma agenda social que precisa ser defendida vigorosamente, parte dela já apontei nas questões anteriores. Para defender essa agenda é preciso unidade de

ação. Alguém acredita que manifestações de pequeno porte farão o governo rever os termos da contrarreforma da previdência? Todos sabem que é preciso manifestações massivas, acima de 400 mil pessoas nas ruas. Isso somente será possível com unidade de ação. Mas também será necessário resgatar a história recente para que os setores democráticos não repitam os erros que levaram a situação atual. Mais do que nunca precisamos pensar cenários e isso somente será possível com crítica rigorosa e esforço permanente de forjar consensos que assegurem a unidade de ação.

4- Após o golpe que afastou o PT da direção do governo federal, uma série de medidas foram encaminhadas com grande rapidez como resposta à crise capitalista internacional. Quais seriam as diferenças e semelhanças entre o projeto de sociedade de Temer e o do governo do PT?

Creio que já abordei os pontos principais. Muitas medidas do atual governo seguem em linha com as medidas dos governos do PT, mas é preciso destacar as diferenças específicas, muitas delas de escala. As diferenças são marcantes em vários domínios, mas é forçoso reconhecer que em várias frentes estão levando adiante processos iniciados no governo do PT. A contrarreforma do Ensino Médio, uma brutal ofensiva contra a formação intelectual da classe trabalhadora, foi iniciada por um projeto de lei de um deputado do PT. A diversificação de tipos de escolas também contou com o apoio do PT. A hostilidade pela reforma agrária, idem. Mas somente um governo alheio a soberania popular poderia levar adiante, em tal escala, a ofensiva contra os trabalhadores.

5- Na educação quais seriam os impactos dessa conjuntura de golpe institucional? Como você observa as políticas de reajuste fiscal na educação, a proposta Escola Sem Partido, a agenda de reformas na educação etc.

Haverá sem dúvida uma maior ofensiva sobre o campo educacional. A ideia força é de que o país não requer força de trabalho preparada para o trabalho complexo. Certamente veremos cada vez mais medidas com tal objetivo. A contrarreforma do Ensino Médio é um pequeno exemplo, mas o esvaziamento do Ministério da Ciência e Tecnologia ilustra de modo estrutural o que está em curso. A progressiva redução do orçamento para as universidades federais, idem. A ESP expressa outro movimento: o erigido pela extrema direita fundamentalista e, ao meu ver, não representa o ponto de vista do bloco de poder, embora, evidentemente, agrade a setores conservadores que gostariam de um escola mais claramente interessada em socializar os jovens na perspectiva da direita. Penso que para as principais frações burguesas o desafio é formar o jovem para ser força de trabalho adaptada a altos padrões de exploração. A dita meritocracia, por exemplo, é estruturante na ideologia neoliberal.

6- Como você analisa a recomposição do empresariado da educação no Brasil? Quais seriam as repercussões sobre a educação brasileira e a articulação com o capital internacional?

O empresariado mudou. Está em curso um processo de enfraquecimento da chamada burguesia de serviços, das empresas familiares, em prol da financeirização. O inédito processo de monopolização, como nas aquisições dos grupos Anhanguera e Estácio pela Kroton, denota a força dos fundos de investimentos, os verdadeiros sujeitos por detrás desse processo de monopolização. A maior parte desses investidores é estrangeira.

Qual seria a atualidade de Gramsci para pensar a realidade brasileira?

Adoraria me deter longamente sobre o tema (risos). Gramsci é indispensável, crucial, fundamental, pois nos permite compreender a correlação de forças em toda sua complexidade, por meio de suas magistrais contribuições sobre o Estado Integral, hegemonia e os aparelhos privados de hegemonia, o papel dos intelectuais etc. A meu ver é um intelectual obrigatório para pensar as questões das lutas de classes mundiais.

7- Como tem sido a experiência de gestão da UFRJ? Quais os limites institucionais e as possibilidades de avanço na conquista de melhores condições para a garantia da universidade pública, gratuita e de qualidade? Nessa conjuntura de crise capitalista qual é a situação atual da UFRJ?

A UFRJ é uma extraordinária instituição. O trabalho tem sido muito árduo, mas encontramos momentos de júbilo, como nos processos de investigação das conexões entre zika e microcefalia, nos temas da educação, das tecnologias, da crítica social etc. O diálogo com os estudantes, docentes, técnicos é inspirador. Temos encontrado muita solidariedade e visões institucionais em defesa da UFRJ. Claro que a UFRJ não é uma realidade 'bastante em si', ela é parte de um grande sistema. Avançamos em algumas frentes importantes, como o complexo de formação de professores, na busca por melhor articulação das áreas de cultura e arte, no desenvolvimento do campo tecnológico, em articulação com o Parque Tecnológico, existem avanços importantes na articulação das biociências etc. Mas a UFRJ vem sendo sufocada pelos sucessivos cortes orçamentários desde 2014, sobretudo. E isso torna a gestão mais difícil. Precisamos melhorar as condições de moradia e de alimentação de nossos estudantes com perfil PNAES, por exemplo. Houve avanços na questão dos assédios contra os estudantes LGBT. O que mais nos deixa animado é o compromisso e a força da comunidade da UFRJ: o engajamento na pesquisa, no ensino e na extensão fazem muita diferença!

8- Como você observa a crise da UERJ? Quais seriam as possibilidades de saída para superar tamanho sucateamento?

É uma situação impensável há uma década. Mas é um sinal de que as universidades podem viver crises de proporções inimagináveis, no contexto de crises, como as do Estado do Rio, particularizada pelo PMDB. Mas a sua comunidade é vigorosa. É uma grande instituição, reconhecida por sua relevância acadêmica. As universidades

públicas do Rio de Janeiro precisam estar mais juntas, se apoiando mutuamente. Trabalhamos nesse sentido, a exemplo do grande acordo de cooperação que está sendo construído pela UFRJ e pela Fiocruz. A situação da UERJ tem de ser nacionalizada. É uma instituição da Nação brasileira. A retomada das lutas irá repercutir favoravelmente na UERJ.

9- Qual seria a atualidade do socialismo na conjuntura atual de crise aguda do capitalismo?

O tema é demasiado amplo e, por isso, apenas aponto temas a serem aprofundados. As políticas neoliberais somente irão agravar o quadro mundial. As ditas saídas dos populismos protecionistas igualmente são anacrônicas. A agenda nacional-desenvolvimentista não dialoga com os problemas reais do capitalismo mundial. Qualquer projeção sobre os próximos 50 anos confirma que o atual padrão de acumulação do capital gerará crises cada vez mais dolorosas e brutais para a humanidade. O socialismo sem dogmas e idealizações é a alternativa que os povos terão diante do aprofundamento da barbárie. Desde o presente, temos que forjar os valores igualitários, democráticos que o fundamenta. E a esfera da economia terá de ser um tema axial nesse processo de forjar o novo! A economia política do trabalho está no fulcro dessa agenda.

Os desafios são imensos, mas certamente apaixonantes!